



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE  
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

## Ata da reunião do Grupo de Trabalho Espécies Bentónicas VIII&IX Terça-feira, 9 de abril 2019 – São Tiago de Compostela

Serge Larzabal agradeceu aos participantes, especialmente aos representantes das administrações espanhola e francesa. A Comissão Europeia e a administração portuguesa não estarão representadas nestes grupos de trabalho e apresentam as suas desculpas junto dos membros.

Foi aprovada por unanimidade a ata da reunião anterior, bem como a ordem de trabalhos.

A reunião decorreu em três tempos: um ponto de informação sobre o projeto de interligação elétrica entre a França e a Espanha, uma apresentação sobre a gestão do robalo em França e um debate sobre a obrigação de desembarque.

### **1. Interligação elétrica França-Espanha**

Marc Chambily (RTE) e Jose antonio Miranda apresentaram a progressão do projeto e recordaram os desafios desta interligação, bem como as ferramentas técnicas que serão utilizadas no enterramento do cabo. O traçado completo do cabo já é conhecido entre as duas estações de conversão: Cubnezais, em França, e Gatika, em Espanha.

O estudo de impacto ambiental deverá estar concluído em junho de 2019, ao qual se seguirão os procedimentos de pedido de autorização, devendo os trabalhos começar no final de 2020 e ter uma duração de 5 anos.

O conjunto das informações está disponível em [www.inelfe.eu](http://www.inelfe.eu).

Seguidamente, os membros levantaram algumas questões, às quais Marc Chambily e Jose Antonio Miranda deram as seguintes respostas:

- Não existem fluidos (óleos) nos cabos, não sendo, por conseguinte, possível qualquer fuga, mesmo em caso de acidente.
- O enterramento do cabo a um metro de profundidade, no mínimo, garante que a atividade de pesca será possível logo que os trabalhos terminarem. Serge Larzabal (CNPMEM) confirmou que tinham sido obtidas garantias pelo setor das pescas.
- O campo magnético produzido pelo cabo é fraco e da mesma natureza que o da Terra. Isto está incluído no estudo do impacto.
- A turbção da água será apenas afetada pontualmente durante a fase de trabalhos, que produzirá ruído também pontualmente.
- Será realizado um estudo de impacto no fim de vida da obra (40 anos) para determinar se é mais prejudicial retirar ou deixar o cabo no mar.
- Não é necessária a manutenção do cabo, sendo, contudo, instalado um sistema de vigilância do enterramento, e, se necessário, poderão ser efetuados





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE  
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

reenterramentos (designadamente, na sequência de ocorrências meteorológicas importantes).

- Já foram colocados cabos do mesmo tipo no mundo inteiro (por exemplo, entre a França e a Inglaterra).

Francisco Portela Rosa (VIANAPESCA) deu a conhecer um projeto eólico onde será proibida a pesca por cima dos cabos, desejando que seja utilizado um método de enterramento que permita a pesca.

Estão em curso extrações ao nível do desfiladeiro de Cap Breton, sendo a pesca proibida num raio de 500 metros em volta do navio estacionário.

O estudo do impacto será enviado ao secretariado do CC Sul.

## **2. Gestão francesa do robalo**

Após ter apresentado o estado da unidade populacional do robalo do Golfo, Nicolas Michelet (CNP MEM) deu conta das medidas de gestão implementadas pela França. Efetuando mais de 90% das capturas e não estando o robalo sujeito ao regime de TAC, a França está encarregada da sua gestão no Golfo. Para tal, é fixado um tamanho mínimo de 38 cm, é estipulado um limite para os navios com pavilhão francês e encontra-se implementado um dispositivo de acompanhamento mensal das capturas e rejeições. Por outro lado, a profissão francesa implementou um regime de licenças (acessórias ou orientadas) baseado nas anterioridades e num limite individual das capturas.

No que se refere à pesca recreativa, as capturas estão limitadas a 3 robalos por dia e por pescador e ao tamanho mínimo de 42 cm.

Nicolas Michelet apresentou, de seguida, diversos projetos científicos (BARGIP, BARFRAY, GENSTOCK...) que visam conhecer melhor esta unidade populacional, designadamente determinar mais rapidamente a qualidade do recrutamento e os limites geográficos da unidade populacional.

Ken Kawahara (Plateforme de la Petite Pêche Artisanale) lembrou o desfazamento entre os pareceres científicos, o discurso do CNP MEM e a realidade das capturas: a realidade é uma diminuição de 25% dos desembarques na lota de robalo de tamanho grande. É necessário, na sua opinião, tomar como exemplo as medidas para reconhecer a dependência económica dos navios desta unidade populacional. Na sua opinião, a França tem ainda de fazer muitos progressos relativamente à gestão da pesca recreativa que, sem as medidas europeias, seria inexistente.

Oscar Sagué (IFSUA) solicitou que a pesca de lazer seja integrada nos progressos científicos, a fim de obter dados fiáveis sobre esta atividade.

Olivier Le Nezet (CDP MEM 56) recordou que as medidas tomadas são um sucesso tendo em conta o progresso realizado, sendo, contudo, necessário mais controle e sanções da





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE  
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

pesca recreativa. Na sua opinião, será necessário melhorar esta estimativa através de declarações individuais.

Gérald Hussenot (Blue Fish) indicou que o projeto BARGIP tinha ganho o troféu “fita verde” da Blue Fish.

David Milly (OP Pêcheurs d’Aquitaine) levantou a questão das capturas espanholas e portuguesas que, apesar do domínio francês, não devem ser ignoradas.

Raul Garcia (WWF) referiu o projeto SOSCANO da AZTI que tem por objetivo criar um perfil de durabilidade do robalo.

Julien Lamothe (ANOP) referiu-se a um estudo francês realizado por FranceAgriMer que, graças a alguns inquéritos, permitiu uma primeira estimativa dos impactos da pesca recreativa.

### **3. Obrigação de desembarque**

O secretariado lembrou que o Grupo de Estados-Membros das Águas Ocidentais Sul (GEM) trabalha atualmente na recomendação conjunta (devida em 31/05/2019) que aumentará a necessidade e a validade da manutenção das isenções à Obrigação de Desembarque. Neste âmbito, é desejável o parecer do CC Sul sobre as isenções a manter ou não.

Javier Lopez (OCEANA), que participou na reunião do GEM, referiu que, de momento, não estava disponível qualquer documento de trabalho, sendo o calendário muito apertado. A Comissão solicita ao CC Sul que seja proativo a fim de facilitar o trabalho do GEM.

Julien Lamothe (ANOP), David Milly (OP pêcheurs d’Aquitaine), Jean-Marie Robert (OP Pêcheurs de Bretagne) e Serge Larzabal (CNPMEM) sublinharam então a impossibilidade em dar resposta no prazo previsto, apesar da vontade em participar no debate. É preciso esperar pelas estimativas científicas e os dados de desembarque a fim de poder fornecer mais informações.

Sergio Lopez (OPP Lugo) referiu que os decretos de implementação da obrigação de desembarque ainda não estão em vigor em Espanha. Sergio Lopez interrogou os membros franceses: a situação francesa é semelhante? Julien Lamothe (ANOP) comunicou-lhe então que a obrigação de desembarque não era completamente aplicada, mas que se nota uma clara melhoria das práticas, designadamente na declaração das rejeições. Os desembarques de rejeições nos portos continuam a ser muito pontuais.

Julien Lamothe propõe que seja enviado rapidamente um parecer geral a fim de insistir na importância das isenções dos trabalhos científicos.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE  
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

## **Questões diversas**

Jean-marie Robert (OP Pêcheurs de Bretagne) informou os membros que o plano de gestão das águas ocidentais publicado em 19 de março de 2019 habilita o CC Sul a propor medidas para diminuir a variabilidade interanual dos TAC e quotas.

Ele felicita os Estados-Membros e a deputada Bilbao Barandica pelo trabalho efetuado sobre este assunto. O CC deverá debruçar-se sobre este assunto a fim de propor soluções concretas.

## **CONCLUSÕES**

- O estudo de impacto do projeto de interligação elétrica ficará disponível em junho de 2019.
- Os membros são a favor de mais controle e de estudos científicos sobre a pesca recreativa do robalo.
- Será emitido um parecer sobre a obrigação de desembarque antes do fim de maio de 2019.

